

Legislação e bibliografia para realização Prova de Conhecimentos

Referência G - Procedimento Concursal Comum para 1 Técnico Superior de Planeamento

Legislação Geral:

- [Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual – Regime Jurídico das Autarquias Locais;](#)
- [Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;](#)
- [Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual – Código do Procedimento Administrativo;](#)
- [Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual – Código dos Contratos Públicos;](#)

Legislação Específica:

- [Lei 31/2014. De 30 de maio, na sua redação atual – Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo \(LBGPPSOTU\);](#)
- [Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual – Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial \(RJIGT\);](#)
- [Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, na sua redação atual – Classificação e reclassificação do solo;](#)
- [Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro, na sua redação atual – Princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional;](#)
- [Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro, na sua redação atual – Conceitos técnicos sobre ordenamento do território e urbanismo;](#)
- [Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, na sua redação atual – Princípios e normas para produção cartográfica no território nacional;](#)
- [Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro, na sua redação atual – Regulamento das Normas e Especificações Técnicas da Cartografia topográfica e topográfica de imagem a utilizar na elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais e na cartografia temática](#)
- [Portaria n.º 245/2011, de 22 de junho, na sua redação atual – Plataforma de submissão eletrónica para os instrumentos de gestão territorial;](#)

- [Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, na sua redação atual – Comissão Consultiva do PDM e do PDIM;](#)
- [Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual – Regime jurídico da urbanização e edificação \(RJUE\);](#)
- [Portaria n.º 216-B/2008, de 03 de março, na sua redação atual – Fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização coletiva, bem como das áreas destinadas a habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível;](#)
- [Portaria n.º 349/2008, de 5 de maio, na sua redação atual – Estabelece o procedimento de decisão das entidades da administração central, direta ou indireta, sobre operação urbanística em razão da localização;](#)
- [Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual – Regime jurídico da avaliação ambiental estratégica \(RJAAE\);](#)
- [Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual – Regime jurídico da avaliação de impacto ambiental \(RJIA\);](#)
- [Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro, na sua redação atual – Estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos previstos no regime jurídico de avaliação de impacto ambiental;](#)
- [Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual – Regulamento geral do ruído;](#)
- [Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual – Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de 11 pormenor de salvaguarda;](#)
- [Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro, na sua redação atual – Lei de Bases do Património Cultural;](#)
- [Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual – Regime Jurídico da Reabilitação urbana;](#)
- [Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual – Regime jurídico da reserva ecológica nacional \(RJREN\);](#)
- [Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, na sua redação atual – Aprova a revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais previstas no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional \(REN\);](#)
- [Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, na sua redação atual – Define as situações de usos ou ações considerados compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva](#)

- [Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual – Regime jurídico da reserva agrícola nacional \(RJLAN\);](#)
- [Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, na sua redação atual – Define os limites e condições para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional;](#)
- [Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de agosto, na sua redação atual – Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade;](#)
- [Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, na sua redação atual – Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental;](#)
- [Decreto-Lei nº. 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual – Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril \(relativa à conservação das aves selvagens\), e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio \(relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens\);](#)
- [Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, na sua redação atual – Aprova o regime de protecção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas;](#)
- [Lei nº. 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual – Aprova a Lei da Água;](#)
- [Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua redação atual – Estabelece a titularidade dos recursos hídricos;](#)
- [Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro, na sua redação atual – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias;](#)
- [Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual – Sistema de gestão integrada de fogos rurais no território continental;](#)
- [Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, na sua redação atual – Aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal;](#)
- [Lei nº. 99/2019, de 5 de setembro, na sua redação atual – Aprova a primeira revisão do Programa nacional da Política de Ordenamento do Território;](#)
- Programa/Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro), disponível em: <https://www.ccdrc.pt/pt/areas-de-atuacao/desenvolvimento-regional/monitorizacao-e-avaliacao-da-regiao/prot-centro/> e [Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro;](#)
- [Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro, na sua redação atual – Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral \(PROF CL\);](#)
- [Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024 , de 22 de abril - Aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações \(PGRI\), nomeadamente o da região hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis \(RH4\).](#)
- Plano Diretor Municipal de Águeda, disponível em <https://www.cm-agueda.pt/pages/81;>

- Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão, disponível em <https://www.cm-agueda.pt/viver/urbanismo-ordenamento-do-territorio-e-politicas-de-habitacao/planos-municipais-de-ordenamento-territorio/plano-de-pormenor-do-parque-do-casarao>
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, disponível em <https://www.cm-agueda.pt/viver/seguranca-e-proteccao-civil/gabinete-tecnico-florestal>